

A ESCOLA COMO ESPAÇO EDUCATIVO: CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA E PROTETIVA AOS ANIMAIS

Renata Kelly de Arruda¹
Jéferson Muniz Alves Gracioli²

Resumo

O trabalho busca apresentar a Educação Humanitária (EH) e refletir sobre suas diferentes nuances quando pensamos na sua inserção como campo reflexivo dentro da Educação Ambiental (EA). A EH traz em seu arcabouço, reflexões sobre as relações com os animais não humanos e uma formação cidadã que prega a defesa à vida de todos os seres e a ampliação da percepção ambiental através da conexão da vida urbana com as fontes naturais. Essa amplitude confere a EH um papel potencialmente transformador, nos convidando para uma vivência integrada ao ambiente. Com base nos estudos teóricos de Brügger (2004, 2009) sobre sustentabilidade, educação e meio ambiente, além de Castellano e Sorrentino (2015) que trabalham temas ligados a ética e aos direitos animais. Mansoldo (2012) sobre a tarefa de educar em um mundo em desequilíbrio e os estudos pioneiros de Weil (2013) acerca de uma EH atuante, nos propusemos a construir uma proposta de atividade a ser introduzida nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com vistas à construção diária de uma educação que possa ser crítica e consciente com relação a aspectos que envolvem a sociedade e a natureza. Nosso trabalho percebeu as dificuldades de inserção, dentro da academia, de questões que envolvem a EH e questões relacionadas aos animais não humanos na agenda da EA. Entendemos como imprescindível o diálogo entre as duas vertentes, identificando lacunas conceituais e tratando de temas cruciais ao momento civilizatório atual.

Palavras-chave: Proteção Animal, Educação Ambiental, Educação Humanitária

¹ Aluna do curso de Pedagogia, modalidade à distância, da Universidade Federal de Lavras. E-mail: renata.arruda@estudante.ufla.br

² Professor do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: jefersongracioli@mail.uft.edu.

1. Introdução

Em um cenário mundial que pode sinalizar pleno desenvolvimento, campo de inovações tecnológicas e industriais, pensarmos questões que envolvem preservação ambiental, ética e direitos animais apresenta-se como determinantes rumo a um desenvolvimento realmente sustentável, no qual se apresente, de maneira equilibrada, as necessidades do ser humano e do meio ambiente. Sempre estive próxima das questões que envolvem meio ambiente, mais precisamente guarda responsável e a proteção de animais.

Desde 2000 atuo como voluntária em ações de resgate de cachorros e gatos e eventos de adoção. No início de 2018 fundei junto com uma amiga o grupo de proteção independente *Resgatitos*, onde atuamos de maneira voluntária em resgates de animais em situação de abandono, encaminhamento para cuidados veterinários e posterior adoção. Um ponto determinante que observei durante todos esses anos de atuação refere-se à falta de conscientização de parte da população a respeito da importância da guarda responsável. Acreditamos que seja importante que essas reflexões adentrem os muros das escolas, em uma abordagem que apresente e discuta questões que envolvam a saúde pública e as inter-relações entre as espécies, conscientizando sobre a importância e o impacto da educação ambiental em um âmbito humanitário.

A Educação Ambiental (EA) apresenta-se como um espaço de possibilidades de conexões com problemáticas cruciais na contemporaneidade, em busca de uma transformação que intervenha também no coletivo. Dentro desse grande arcabouço de questões que é a EA nos deparamos com a Educação Humanitária (EH) um conceito muito apresentado pelo Terceiro Setor³, que trata e considera as relações com os animais humanos e não humanos em uma lógica anticrueldade, que incluiria justiça social, consumo e princípios de compaixão e generosidade.

Considerando essas questões como essenciais para se trabalhar uma EA realmente emancipadora, nos deparamos com currículos escolares que não contemplam o tema em uma lógica que realmente a insira no nosso fazer e viver diários. Brügger (2009, p. 198) reflete sobre isso quando diz que a EA deve agir como um vetor de mudança cultural e social, fundamentando-se em uma racionalidade contra hegemônica; a EA deve ser um “campo

³ Podemos definir o Terceiro Setor como um conjunto de organizações ou instituições como Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), organizadas pela Sociedade Civil, sem fins lucrativos e dotados de administração própria, voltados a atuar voluntariamente em questões e ações de interesse público.

epistêmico e que não deve estar separada do “resto” da educação, como vem ocorrendo.” Um ponto de crítica latente da autora e que se coloca para nós como um excelente exercício de reflexão refere-se a essa EA que supostamente estaria incluída na transversalidade dos temas ambientais dentro de várias áreas, mas que na prática não consegue dialogar, aprofundar ou transformar, já que os currículos formativos privilegiariam produtividade, crescimento e eficiência tecnológica, nem sempre estão atrelados a uma visão sustentável.

Brügger (2009) também adverte que, quando incluímos o “ambiental” à educação, partimos de uma premissa de que existe uma “educação não ambiental”, talvez fruto da fragmentação do conhecimento em junção com uma noção de especismo que é muito marcante em nossa sociedade: vemo-nos e nos portamos como superiores aos animais não humanos, usufruímos de certo caráter utilitário das outras espécies. Assim, criamos técnicas que envolvem manejo doloroso de animais vivos como a vivisseção, uso e exposição de animais em práticas esportivas e de diversão.

Levar essas discussões e reflexões para a escola coaduna com propostas que envolvam a proposição, observações, leitura, desenvolvimento de soluções e percepção do bem estar coletivo e socioambiental. Consideramos essencial que campos de discussão que fazem parte da EH, que envolvem direitos humanos, direitos dos animais, meio ambiente e cultura, se aproximem dos temas trabalhados na EA, para que possamos considerar a introdução de propostas transformadoras e reflexivas sobre o bem-estar animal no espaço escolar e demais espaços formativos.

Um dos pontos a se considerar quando propomos trabalhar essas questões no âmbito escolar, permeia considerar a afetividade em sala de aula. As questões que envolvem a dimensão afetiva do comportamento humano devem dar ênfase às interações sociais. Percebermos a aprendizagem como um ato social que é mediado por elementos culturais pode nos fornecer elementos para concebermos a importância de se trabalhar questões que envolvem nossa responsabilidade diante da dor dos animais. Crescer em um ambiente que se tolera, por exemplo, a corrida de cães galgos, faz com que essa experiência subjetiva trafegue no campo do aceitável, do normalizado.

As contribuições teóricas de Vygotsky (2007) nos permitem perceber que nossas experiências marcam e conferem aos objetos culturais (coisas, lugares, situações) o seu sentido afetivo. O desenvolvimento das emoções humanas se dá em um campo de complexidades, em que Vygotsky (2007) destaca a evolução das emoções para o universo do simbólico, entrelaçando com os processos cognitivos. O desenvolvimento humano confere

emoções, que vão se tornando cada vez mais complexas. Nesse sentido, é importante que esse ambiente cultural/social que é oferecido à criança, busque apresentar questões que envolvam diretamente as práticas sociais do ambiente em que vive, um ensino voltado para a vida, casado com a realidade e que promova condições para o exercício da cidadania.

Outro ponto importante dessa reflexão refere-se à necessidade de se pensar as questões que envolvem o bem-estar animal em uma lógica mais ampla, que não envolvam a sala de aula como ponto de partida, mas que possam ser articuladas em amplos espaços de discussão para daí refletir diretamente na educação. Uma espécie de caminho contrário que pode – e deve – envolver as esferas políticas e jurídicas. Como espécie, nós humanos, coexistimos com os animais não humanos e estabelecer uma relação de respeito e bem estar animal pode refletir não somente em temas relacionados às doenças zoonóticas, mas também é o espelho de uma sociedade ética e que preconiza a justiça social para todas as espécies.

Sentimos como imprescindível nesse momento a inclusão de um adendo que situe as etapas de produção desse trabalho com o período histórico que estamos vivenciando. Quando o tema e as possíveis nuances desse Trabalho de Conclusão de Curso começaram a ser pensadas, jamais consideraríamos passar por uma situação de emergência sanitária de proporções mundiais como a COVID 19. Também estamos lidando com o medo e a desinformação. Tudo se reflete de maneira muito imediata na nossa vida pessoal e logicamente na nossa caminhada no curso. Para mim tem sido um desafio enorme, pois além das questões que envolvem o aumento do abandono de animais, ocasionando em lotação máxima no número de animais resgatados, também me deparei com questões pessoais que envolvem desemprego e logicamente, o temor pelo contágio meu e dos meus entes queridos.

Nesse cenário, o próprio curso da graduação ganhou novas nuances. Os encontros mensais em Lavras, momento de reencontro com os colegas, tutores e professores e até mesmo momento de reafirmação da nossa identidade como parte da comunidade UFLA findaram-se. Os estágios obrigatórios, etapas essenciais de nossa formação não puderam ser realizadas presencialmente. Foi – e está sendo - necessário recriar novas estratégias. Enfrentar a pandemia, seu impacto socioeconômico, o novo desenho de dia-a-dia e ainda tentar alimentar um olhar de esperança com relação ao futuro. A escrita desse trabalho, algo que envolve um tema que me move e motiva, também sofre com as intercorrências do período. Os dias são atribulados, momentos de concentração são raros, mas é necessário lutar, mais do que nunca. Pelos animais e por nós, como humanidade.

Nesse trabalho, além da reflexão sobre os caminhos da Educação Humanitária enquanto área a se efetivar como “braço” da Educação Ambiental, também propomos a inserção de atividades interdisciplinares, que se encaixem nas competências específicas previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os anos iniciais do Ensino Fundamental, com vistas a um primeiro passo no desenvolvimento de uma sensibilidade voltada aos valores éticos e humanitários como empatia, compaixão e respeito.

2. Caminhos metodológicos

Diante da necessidade de promoção do conhecimento sobre assuntos relacionados a posse responsável de animais e a percepção ético ambiental que envolve o tema, essa pesquisa propõe a revisão bibliográfica sobre o tema Educação Ambiental e Educação Humanitária, estudo do histórico da legislação nacional e estadual sobre manejo e maus-tratos a animais, além da construção de uma proposta de intervenção, na forma de material formativo e proposta de atividade para uso em escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte – Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Este estudo se embasará teoricamente nos estudos de Brügger (2004 e 2008) sobre sustentabilidade, educação e meio ambiente, além de Castellano e Sorrentino (2015) que trabalham temas ligados a ética e aos direitos animais. Mansoldo (2012) contribuiu nas reflexões e conhecimento de um recorde dentro da EA que busca a formação de um cidadão com consciência de planeta como “nossa casa”. Um dos primeiros movimentos dessa pesquisa foi a consulta ao banco de dados do Projeto EArte (Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental)⁴, produzido em um consórcio UNESP, UNICAMP e USP, com financiamento do CNPq e que conta com Teses e Dissertações produzidas entre 1981 e 2016 ligadas ao tema.

A busca dentro do campo palavras-chave pelo descritor ‘educação humanitária’ não retornou nenhum resultado, assim como a busca por ‘educação ambiental humanitária’ ou ‘humanitária’. Quando realizamos a busca no campo qualquer campo, a busca pela palavra ‘humanitária’ foi a única com retorno: um trabalho sobre a dimensão ambiental no ensino e a busca por uma ação pedagógica integrada, defendida na UFPE em 2009, um trabalho sobre a articulação entre EA e Direitos Humanos defendida na FURG em 2013 e um trabalho sobre gestão de resíduos sólidos defendido na UFSCAR em 2015. A busca por ‘animais’ no banco

⁴ Disponível em < <http://www.earte.net>>

EArte, retornou 11 resultados: 3 sobre estudos específicos sobre faunas locais, 1 sobre animais criados para abate e seus impactos hídricos, 1 sobre animais criados para uso em experimentos científicos, 1 sobre um programa educativo voltado aos cuidados com a fauna próxima a rodovias, 1 sobre a relação da população urbana com pombos, 1 sobre uso de animais taxidermizados no ensino. Dos resultados, após leitura dos resumos para verificação, 3 trabalhos contavam com o desenvolvimento de temas que comunicam com nossa proposta de pensar uma Educação Ambiental que ramifique com a Educação Humanitária: 1 trabalho defendido em 2015 na UEL, que se propõe a conhecer e identificar as dinamicidades emocionais e lógicas acerca das relações dos seres humanos com os animais. 1 trabalho defendido em 2012 na UNIMEP dialoga sobre a necessidade da EA educação ambiental conseguir despertar a consciência humana para uma nova visão acerca do meio ambiente.

Outro trabalho importante encontrado nas buscas foi defendido em 2009 na UNESP e se propõe a questionar os atuais valores atribuídos por nossa sociedade aos animais não humanos, resultado de uma perspectiva utilitarista pela qual seriam valorizados predominantemente como recursos. O trabalho investiga as valorações atribuídas aos animais não humanos por professores das séries iniciais do ensino fundamental ao trabalharem com a temática ambiental e sua leitura foi de grande valia no desenvolvimento desse trabalho.

Foi interessante perceber que a EH não é mencionada nos trabalhos em EA produzidos entre 1981 e 2016, o que corrobora Castellano e Sorrentino (2015) que afirma que a EH no Brasil ainda necessita de um maior arcabouço conceitual dentro da literatura acadêmico-científica nacional, sendo muito mais usada e difundida dentro de instituições do terceiro setor. Foi dentro de uma instituição do Terceiro Setor, o Instituto Nina Rosa⁵ que nos deparamos com uma espécie de “bíblia” dentro da EH e livro essencial no desenvolvimento desse trabalho: a publicação *O poder e a promessa da Educação Humanitária* de autoria de Zoe Weil, cuja primeira edição data de 2004 nos EUA. Weil situa a EH “dentro” da EA, e assinalando que a “diferença” seria que a EH inclui e trata os animais como indivíduos, convidando-nos a analisar nossas obrigações e responsabilidades com eles.

Outra instituição do Terceiro Setor que produz e divulga materiais ligados a EH é o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (FNPDA), organização sem fins lucrativos

⁵ O Instituto Nina Rosa é uma organização independente, sem fins lucrativos, que desde o ano de 2000 promove a conscientização sobre defesa animal, consumo sem crueldade e vegetarianismo. O instituto é precursor em trazer reflexões sobre a EH para o Brasil.

fundada em 1998, que trabalha em prol e promove discussões em torno da proteção aos animais de toda espécie. O Fórum organiza e promove eventos em todo país, inclusive o curso presencial de Educação Ambiental Humanitária em bem-estar animal, capacitação pensada inicialmente para professores, mas que hoje tem ampliado seu público alvo para profissionais das áreas de saúde, meio ambiente, além de coordenadores, gestores do Ensino Fundamental e Médio, ativistas e protetores.

Em consulta ao *Google Acadêmico*, nossa busca se debruçou em encontrar artigos acadêmicos que tratem especificamente sobre Educação Humanitária. Após selecionar descritor ‘educação humanitária’ e o período de 2015 a 2020, nos deparamos com 201 artigos e publicações de anais de eventos como resultados. Artigos importantes e que subsidiaram esse trabalho como Schlemper et al (2019) e a implementação de temas da EH em escolas de Realiza/PR e Lacchia (2016) sobre a temática no currículo do ensino básico de Campina Grande/PB. Outros artigos essenciais encontrados são Castellano e Sorrentino (2015) sobre a aproximação de questões sobre ética e direitos animais na EA e trabalhos sobre o campo de conhecimento interdisciplinar “Estudos Críticos Animais”.

É interessante percebermos a presença, mesmo que de certa forma recente, dentro dos estudos acadêmicos de questões que pensam a ética no manejo e o bem-estar animal em uma lógica voltada a EH, mas que se aproxime da EA. Nossa percepção é que a junção das duas vertentes ainda se apresenta como um campo em formação dentro da academia. E o principal: a implementação da EH implica não apenas sua aproximação com a EA, mas também com as demais vertentes de uma educação progressista e libertadora.

3. Direito animal: sensibilização e avanços no campo jurídico

São perceptíveis as mudanças relacionais entre sociedade e animais de companhia, como cães e gatos, ao longo das décadas. Animais com status de membro da família e aumento de consumo de produtos *pet* podem ser sinais claros de que algo mudou. Essa mudança, a princípio também acende o alerta para questões delicadas como o mercado de reprodução e venda de animais de raça. É uma realidade nacional os canis e gatis, onde os animais são submetidos a rotinas cruéis que envolvem cruzamentos e gestações seguidas, ausência de cuidados veterinários, anos em confinamento e o abandono quando não são mais rentáveis. Por décadas esse mercado de “produção” e venda de animais, foi naturalizado, mesmo com

toda a crueldade envolvida. Nos últimos anos se percebe certo desconforto, seguido de algumas ações marcantes contra a naturalização dessa prática. Um exemplo claro deu-se quando a rede varejista *Petz* anunciou, em 2019, o fim da venda de animais em todas as suas 82 unidades espalhadas pelo país. O mal estar se deu após o canil que “fornecia” os animais para a rede ter sido fechado após confirmação, pela polícia ambiental do Estado de São Paulo, da situação degradante em que viviam os animais⁶. A rede também anunciou que o espaço antes destinado para a exposição dos animais à venda, seria utilizado para ONGs exibirem os animais disponíveis para adoção.

No campo jurídico também podemos perceber avanços substanciais. O campo Direito Animal vem crescendo no país, trazendo reflexões acerca da judicialização das questões que envolvem o bem-estar animal. É necessário considerar os animais não humanos como sujeitos de direito, com direito pleno à vida, a partir do reconhecimento de que possuem natureza biológica e emocional, sendo seres sencientes, passíveis de sofrimento. Behling e Hernandez Caporlingua (2017) discorrem sobre a importância das adequações dessas questões no campo jurídico:

Tal alteração também contribui na construção de uma sociedade mais consciente e solidária ao dispor que os animais não humanos possuem natureza jurídica *sui generis*, ou seja, como sujeitos de direitos despersonalizados devem gozar e obter tutela jurisdicional, vedado o seu tratamento como coisas. Assim como as pessoas jurídicas e físicas possuem personalidade, os animais também se tornam sujeitos de direito e, não tendo a plena capacidade de comparecer em juízo, devem ser representados pelo Ministério Público, tendo que ser pleiteados por representatividade, da mesma forma que ocorre com os seres incapazes, que são reconhecidos como pessoas. (BEHLING & HERNANDEZ CAPORLINGUA, 2017, p.3)

No campo das leis nacionais ainda há um vasto caminho a ser percorrido. Foi motivo de comemoração entre os ativistas a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2018 que dispõe sobre o regime jurídico especial para os animais, onde, segundo o texto, os animais não poderão mais ser considerados objetos/coisas, votado no dia 07 de agosto de 2019⁷. Diz o texto da ementa: “Determina que os animais não humanos possuem natureza jurídica *sui*

⁶ Mais informações em <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/02/20/apos-canil-ser-fechado-por-maus-tratos-maior-rede-pet-shop-do-pais-deixa-de-vender-filhotes.ghtml>

⁷ A PLC 27/2018 foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas como foi modificado pelos senadores, voltam para análise dos deputados, conforme publicação oficial das matérias e dos trâmites disponíveis em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/133167>

generis e são sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais devem gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa.” (BRASIL, PLC n°27, 2018). Nas discussões em Senado, algumas emendas deram o tom sobre o árduo caminho a se enfrentar: os senadores sugerem a retirada dos animais empregados na produção agropecuária e na pesquisa científica, além dos animais que “participam” de eventos como vaquejadas e rodeios. Aqui é essencial incluirmos uma reflexão sobre o real valor como patrimônio nacional de práticas cruéis e perversas como as vaquejadas e rodeios que contam com um imenso *lobby* de patrocinadores e movimentam milhões de reais. Existiria mesmo um real interesse na manutenção dessa prática pelo seu valor cultural?

4. Educação ambiental humanitária e suas contribuições para uma educação ética

Diante da necessidade de conscientização da população acerca de questões que envolvam a guarda responsável de animais e trabalhando com a premissa de uma Educação Ambiental que também seja comprometida com a cidadania e a ética, é essencial que se conheça as discussões propostas atualmente pela academia e pela sociedade em temas que envolvam a proteção de animais tidos como “de companhia”, como cães e gatos e sua relação com o meio ambiente e a cidadania. Nossa pesquisa nasce da detecção da necessidade de inclusão desses temas, em uma proposta educativa, para desenvolvimento de uma maior percepção ético ambiental. Nesse sentido, entendemos como essencial verificar de que forma a Educação Ambiental em uma proposta que envolva a Educação Humanitária, pode contribuir ou não para a conscientização dos estudantes na Educação Básica – mais precisamente primeiros anos do Ensino Fundamental - em questões que envolvem ética no manejo e na guarda responsável de animais.

Mas por onde trafega a Educação Humanitária? Com vistas a traçarmos um pequeno histórico do campo, apresentamos a pesquisadora norte americana Zoe Weil. Pioneira no campo e fundadora do primeiro programa de pós-graduação voltado integralmente para o tema. A educação humanitária é reconhecidamente um campo de estudo que trabalha e busca delinear conexões entre todas as formas de justiça social, a partir dos acontecimentos e movimentos humanos, da opressão contra os homens à exploração animal e a degradação ecológica. A EH analisa e busca alternativas para que possamos viver com respeito e compaixão por todos os seres. Fornece informações e convida os estudantes a vislumbrarem

soluções criativas e a tomar atitudes individuais de forma a tornar realidade um mundo onde gentileza, integridade e sabedoria sejam princípios que guiem nossas escolhas e nossos relacionamentos (WEIL, Z., 2013). A EH permeia e trafega em questões que envolvem ética ambiental, direitos humanos, sociedade e cultura e proteção animal em uma lógica que explique a complexidade e a proximidade de todas essas questões. Trata-se de questões do nosso dia-a-dia e que impactam diretamente na nossa existência.

Weil (2013) propõe quatro elementos que formariam a base de uma EH de qualidade:

1)Fornecer informações precisas para que os estudantes possam entender as consequências de suas decisões como consumidores e cidadãos. 2)Incentivar os 3 Cs: Curiosidade, Criatividade e Crítica para que os estudantes possam avaliar informações e resolver problemas. 3)Instilar os 3 Rs: Reverência, Respeito e Responsabilidade para que os estudantes possam agir com gentileza e integridade. 4)Oferecer escolhas positivas que beneficiem eles mesmos, outras pessoas, a Terra e os animais para que os estudantes sintam-se empoderados a ajudar na criação de um mundo mais humano. (WEIL, 2013, p.33)

É interessante percebermos que alguns aspectos apontados por Weil também fazem parte dos preceitos da educação freireana, por exemplo. As concepções educacionais de Paulo Freire permeiam questões que envolvem autenticidade, valores sociais, ética, respeito à dignidade, autonomia, curiosidade, crítica (FREIRE, 2010) e certamente coadunam com os pilares propostos por Weil. Na vivência e no lidar diário com práticas que envolvem o cuidado e o respeito para com os animais, percebo que alguns pontos como reverência, gentileza, respeito, benefício ao planeta e aos animais são tratados de forma jocosa, como prática de sujeitos desgarrados da realidade, que só falam de gratidão, amor e luz, os chamados pejorativamente como pessoas “gratiluz” ou “ripongas”. Ora, que sociedade é essa que zomba da compaixão e não enfrenta de olhos abertos questões bastante claras como: nosso planeta está ameaçado.

Os recursos naturais não são fontes inesgotáveis e nos é imposto ignorar. Nossos modelos de sociedade não são estruturas invejáveis, elas primam por um modelo de sucesso pessoal inalcançável para grande parte das populações. Nossas sociedades reproduzem racismo, homofobia, sexismo, preconceito social, exploração humana e animal. As consequências de nossas escolhas são tratadas de modo muito impessoal e distante, como se a “conta” nunca fosse chegar. Educadores humanitários devem encorajar seus alunos a pensar

criticamente e mais do que isso, é preciso que cada um se sinta inspirado a assumir sua própria responsabilidade.

No que tange a questões que envolvem o bem estar animal, a EH trata sobre cuidados e também ensina sobre sciência – capacidade dos seres em perceber sensações (dor, frio) e sentimentos (medo, alegria) de forma consciente, percebendo o que lhe acontece e o que lhe rodeia. A sciência demorou a ser reconhecida, a ciência e conseqüentemente o senso comum, se debruçou confortavelmente na lógica de Descartes que pregava que a única capacidade dos animais era a reação mecânica a estímulos. No Brasil, cursos de veterinária já estudam e tratam o tema, em busca de caminhos éticos e que prezem pelo bem estar animal. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR) o Laboratório de Bem Estar Animal (LABEA), criado em 2003 e coordenado pela Profa. Carla Molento realiza e publica estudos que envolvem enriquecimento ambiental de criadouros, manejo ético de animais de abate, manejo ético de animais utilizados em pesquisas, bem como criação de protocolos de perícia em bem-estar de animais ditos de companhia.

As formas de recepção, por parte da sociedade, de questões que envolvem o manejo de animais ditos de companhia e animais criados para abate é claramente diferenciada. Questões que envolvem maus tratos explícitos a cachorros e gatos, por exemplo, costumam mobilizar e sensibilizar grande parte da população. Como exemplos recentes podemos citar o assassinato da cachorra Manchinha no ano de 2018, nas dependências de uma das lojas da rede de supermercado varejista Carrefour, na cidade de Osasco em São Paulo⁸. A cachorra foi vítima de uma prática de “limpeza” da loja, que receberia visita de um corpo de diretores no dia seguinte. A ordem foi “dar um jeito” na presença do animal e o crime causou comoção nacional, desencadeando inclusive boicotes a rede de supermercados.

Outro caso de extrema comoção refere-se aos maus-tratos cometidos ao cachorro Sansão. Torturado, teve as duas patas traseiras decepadas em 2020⁹. Sua história teve grande repercussão nas redes sociais e gerou intensas manifestações reivindicando normas mais severas contra atos cruéis a animais. Assim, em 29 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei nº 14.064/2020 que criminaliza os maus tratos aos animais, ficando conhecida como “Lei Sansão”. A Lei, que alterou a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/1998 diz em seu artigo 32:

⁸ Reportagem do Estadão <https://emails.estadao.com.br/blogs/conversa-de-bicho/morte-carrefour-cao/>

⁹ <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,cao-que-foi-torturado-e-inspirou-criacao-de-lei-contra-maus-tratos-volta-a-andar-com-protese,70003636237>

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. § 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020) § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

O objetivo da lei foi retirar os maus tratos a cães e gatos do sistema dos Juizados Especiais Criminais, norteado pela conciliação, de crimes de menor potencial ofensivo. É interessante refletirmos sobre os reais efeitos da Lei na vida real e no dia-a-dia dos animais. Ouso dizer que é ínfimo, uma espécie de justiça simbólica. Justiça e demais equipamentos jurídicos não possuem estrutura e nem pessoal para cumprir a Lei na prática e infelizmente os crimes de maus-tratos continuam a acontecer, sem punições nos rigores (existe rigor?) que a lei preconiza.

Como oferecer punição a atos que, como sociedade, podemos considerar – ou já consideramos - subentendidos dentro de certa “normalidade”? Atos como “coloquei um ovo quente na boca do cachorro pra que ele não ataque mais as galinhas” são ditos em alto e bom som em rede nacional de televisão. Até mesmo a prática de zoofilia é explanada de maneira jocosa e sem qualquer constrangimento. Alguns estudos se debruçam na busca por relações entre condições socioeconômicas e situações de vulnerabilidade do tutor a crimes de maus tratos.

A promoção de uma educação ética no que se refere ao estabelecimento de uma relação oposta à exploração e servidão dos animais é uma das premissas da EH. Freire et al. (2016), frisa que a EH demonstra-se como uma metodologia pedagógica com perspectiva na construção de valores e crenças positivas para com os animais, com a sociedade e o meio ambiente como um todo. Schlemper et al (2019) aponta a inserção da EH em projetos que integrem os conhecimentos escolares com a realidade ambiental dos alunos e alunas:

Em relação ao bem-estar animal, a educação humanitária tem se mostrado importante instrumento de aprendizagem, abordando valores que internalizam e definem as escolhas do indivíduo. Ao apresentar uma nova forma de ver os animais e seus sentimentos, através da educação humanitária pela sensibilização e conscientização, busca-se uma mudança comportamental transformadora, quando o mesmo aluno que participará das atividades será o promotor e disseminador de práticas que visam melhorar o tratamento dado aos animais, transcendendo o ambiente escolar,

transformando-os em potenciais multiplicadores de informações e atividades. (SCHLEMPER, S. et al, 2019, p.1)

Esse é um ponto importante ao propormos uma EH que aborde as questões relacionadas ao manejo e bem estar dos animais em detrimento a uma EA tecnicista e segundo Brügger (2009), apolítica e marcada pela dicotomia homem-natureza. Brügger cita Gonçalves (1989) para exemplificar o senso comum da qualificação dos animais como seres “menores”

Chama-se de burro ao aluno ou à pessoa que não entende o que se fala ou ensina; de cachorro ao mau-caráter; de cavalo ao indivíduo mal-educado; de vaca, piranha ou veado àquele ou àquela que não fez a opção sexual que se considera correta, etc. São todos nomes de animais, de seres da natureza, tomados em sentido negativo, em oposição a comportamentos considerados cultos, civilizados e bons. (Brügger, 2009 apud Gonçalves, 1989, p. 200)

A construção de uma nova relação entre nós e os outros animais implica pensar, sentir, agir e conseqüentemente se expressar de maneira diferente a respeito deles. É necessário e urgente proporcionarmos espaços para reflexões e atitudes positivas das pessoas para com os animais não humanos, tornando como ação natural não a negligência e o descaso, mas a percepção da essencialidade dos bons índices de bem estar animal para uma sociedade de fato sadia.

5. Narrativas: inter-relações entre a proteção animal e a necessidade de proposição de uma educação humanitária

É interessante refletir sobre minha caminhada profissional e acadêmica traçando um paralelo com o meu despertar enquanto ativista da causa animal. Lembro-me de durante a infância não ter consciência da essencialidade de se manter animais longe dos perigos das ruas. Aliás, é como se esse despertar para essas questões não existisse em nenhum lugar. Bicho era criado solto, indo e vindo, comendo restos de alimento. Castração nem era algo cogitado. Serviços veterinários eram inacessíveis financeiramente. As fêmeas emendavam prenhez, os animais tinham vida curta e tudo era encarado dentro da normalidade.

Quando me mudei, aos 17 anos, para um bairro mais periférico da cidade de Belo Horizonte foi que consegui perceber a grande quantidade de animais errantes. Na nossa nova

casa, logo percebemos que uma gata branca com poucas manchinhas marrons andava nos rondando. Entrava no quintal e fazia suas sestras por ali, deitada e relaxada. Começamos a comprar ração e a cada vez que íamos servir tentávamos nos aproximar carinhosamente. Um dia, domingo bem cedo, eu e minha mãe fomos acordadas pelo meu padrasto anunciando: “tem um presente para vocês lá fora!”. A gatinha havia ganhado 4 filhotinhos no nosso quintal, embaixo de um banco. Naquele curto período de dias, conseguimos estabelecer uma relação de confiança tão grande com a gatinha, que ela se sentiu segura para parir seus filhotinhos no nosso quintal.

A partir dali, nossa família ganhou nossos primeiros gatinhos. Nossas poucas condições financeiras e o total desconhecimento de cuidados mínimos como ração de qualidade, importância da castração e do não acesso à rua, fez com que as 3 gatinhas filhas da gatinha branca também ficassem prenhas. Uma delas, a Cecília, entrou em trabalho de parto e não conseguiu ganhar os gatinhos naturalmente. Pela primeira vez na nossa vida fomos em busca de atendimento veterinário. Isso foi em 1998, a internet não estava popularizada e encontrar informações era algo muito difícil. Fomos parar no Hospital Veterinário da Universidade Federal de Minas Gerais – de ônibus, com a gata em uma caixa de papelão – e lá, os gastos com a cesariana, anestesia e medicamentos levaram o meu salário de um mês inteiro como operadora de caixa. Todos os 3 gatinhos nasceram saudáveis e pegamos 2 ônibus para voltar para casa, dessa vez com uma caixa com 4 gatos. Infelizmente a ignorância e a falta de dinheiro fez com que a vida de toda essa família fosse bem curta. Gatos com acesso à rua não vivem muito. Os riscos de atropelamento, envenenamento, ataque de cães ou maldade humana são bem grandes. Muitos gatinhos passaram pela minha casa, em condições nem sempre ideais, mas todos cercados de amor e os cuidados que nossas condições permitiam.

Não consigo me lembrar sobre o despertar da minha consciência sobre guarda responsável, mas comecei a perceber que não podia ser normal ver animais perambulando pelas ruas correndo risco de vida. Aos poucos fui fazendo o que dava, não existiam opções de preços populares para atendimento veterinário, mas eu, já universitária, usava minha bolsa de estágio e a possibilidade de acesso à informação nos computadores da Universidade para buscar algumas soluções. Foi tudo muito natural e aos poucos fui me tornando “referência” nos assuntos ligados a animais entre meus amigos. Gato começou a ser quase minha segunda identidade, a maioria dos presentes, cartões e mensagens que recebia, vinha com uma imagem de um gato.

Em 2005, trabalhando no campus da Universidade Federal de Minas Gerais, conheci minha hoje amiga e parceira de causa Adriana. Ela que não era “adepta”, se juntou a mim na organização e financiamento de levar estoque de ração quinzenalmente para os gatos do prédio que trabalhávamos. Assim realizamos nossos primeiros resgates e encaminhamos alguns gatinhos para adoção. Em 2018, resolvemos criar um nome para nosso projeto e um perfil nas redes sociais. Assim, nasceu o *Resgatitos*. Somos responsáveis pelo resgate e encaminhamento para adoção de quase 300 gatos e cachorros. Antes, usávamos recursos próprios para arcar com os gastos com alimentação, consultas veterinárias, exames, castrações, hoje, fazemos campanhas periódicas para arrecadação de recursos, rifas e bazares, para que consigamos arcar com todos os gastos – que são muito altos.

Figura 1 - Evento de Adoção parte da programação do *Festival Buena Vista, Soul, Jazz e Blues*, realizado na Praça da Savassi em Belo Horizonte/MG, no dia 1º de setembro de 2019. Na sequência: Renata Arruda (Resgatitos), Izabela Moura (adotante e voluntária) com o gatinho Benício, Adriana Salgado (Resgatitos).



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 2- Evento de Adoção no *Pet Shop Paraíso Animal* no Bairro Jardim América em Belo Horizonte/MG, no dia 13 de abril de 2019. Na sequência: Adriana Salgado (Resgatitos), gato João Augusto e Renata Arruda (Resgatitos).



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Atualmente temos 25 gatos e 1 cachorro à espera de adoção. Como não temos um espaço que funcione como abrigo, os animais ficam em nossas casas e em lares temporários. As rotinas diárias de cuidados são muito pesadas, assim como os gastos. E junto a esse trabalho com os animais, feito de forma voluntária, também temos nossa vida pessoal e nosso trabalho para pagar nossas próprias contas. A pandemia fez com que os abandonos de animais aumentassem e nossas adoções diminuíssem – tivemos que parar com os eventos presenciais de adoção - junto a isso ainda tive que lidar com meu próprio desemprego e o medo de não conseguir arcar com minhas responsabilidades.

Nesse cenário de caos, ainda reluz uma esperança: porque a gente não coloca toda nossa experiência no campo da educação na construção de uma proposta que vise informar sobre a guarda responsável de animais e que seja aplicável no ambiente escolar? Um sonho antigo e que certamente é a única saída possível para um cenário que se apresenta como um eterno “enxugar gelo”. Enquanto não se popularizar as práticas que envolvem a ética no manejo, o controle populacional através da esterilização e mais ainda, o nosso compromisso como sociedade civil em busca de mudanças, esse cenário não vai mudar.

6. Proteção animal: seu lugar dentro da Educação Ambiental e Humanitária

Um assunto pujante quando refletimos sobre o momento atual vivenciado pela humanidade, que envolve, crescimento populacional, avanço das cidades e vasto desenvolvimento científico tecnológico é a busca por respostas ou soluções que nos proporcione viver em harmonia com as demais esferas vivas, mas que não sacrifique propostas de desenvolvimento que ditam a industrialização e ambientes cada vez mais autômatos como essenciais para a plenitude humana. É possível que essas duas perspectivas caminhem juntas? Parece-nos que a percepção e o reconhecimento de que a defesa pelo direito à vida, de todos os seres, é uma luta também pela nossa sobrevivência é inexistente.

A Educação Ambiental, que surgiu na década de 1970 frente a um mundo cada vez mais industrializado, apresentado com novos resíduos, cujos rios, solos, vegetação e animais, explorados à exaustão, encontra-se diante de novos desafios. No âmbito da Educação Ambiental, podemos discutir hoje a construção de valores como responsabilidade, cooperação, respeito, compaixão e consciência em uma espécie de cidadania planetária, como é apresentado por Mansoldo (2012). A formação cidadã prega a defesa à vida de todos os seres, o direito dos animais a uma vida digna, a ampliação da percepção ambiental através da conexão da vida urbana com as fontes naturais.

Nessa nova percepção da Educação Ambiental (EA), que considera também as questões referentes à nossa relação com animais não humanos, encontra-se Educação Humanitária (EH). Segundo Castellano e Sorrentino (2015), Estados Unidos e Canadá são pioneiros no desenvolvimento dessa corrente no século XVII, enquanto no Brasil a área necessita de um maior arcabouço conceitual na literatura acadêmico-científica nacional. A origem da EH baseia-se na ideia de que a compaixão humana pelos animais resultaria em uma sociedade mais compassiva e potencialmente menos violenta, centrada na prevenção da crueldade.

O campo de atuação da EA pode ser largamente ampliado quando se insere questões presentes na EH onde podemos incluir desde a compreensão das consequências do nosso consumo até a oferta de uma formação que inclua empatia e solidariedade, nos situando como parte integrante de um sistema, e não como espécie superior. Essa amplitude conferiria a EH um papel potencialmente transformador, nos convidando para uma vivência integrada ao ambiente e ainda agindo como elemento influenciador de políticas públicas.

Temas que envolvem ética no manejo de animais e posse responsável figuram como elementos cruciais no trabalho de instituições do Terceiro Setor¹⁰ voltadas a proteção de animais além de existir, nos últimos tempos, um movimento crescente de proposições legislativas que punem criminalmente atos de abandono e maus-tratos a animais. Em Minas Gerais, a lei 22.231 de 20/07/2016, pune atos ou omissões que privem o animal de suas necessidades básicas, causar sofrimento, dano físico ou morte, abandono, trabalho excessivo e o uso de animais para lutas. Dentre os entraves jurídicos para aplicação da lei o principal gargalo está no fato de que as sanções só podem ser aplicadas para crimes que envolvam animais silvestres.

É interessante perceber que, no meio educacional, questões sobre a falta de manejo ético de animais domésticos, mais representados e presentes no convívio diário dos meios urbanos, não se mostram presentes. Assim como a inexistência de reflexões que envolvam o consumo consciente de carne, leite, artigos de couro, etc. No Brasil, a obrigatoriedade de promoção da EA inicia-se com a Constituição Federal de 1988, seguida da inclusão do tema meio ambiente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997. Pereira e Guerra (2018) discorrem sobre a natureza da Educação Ambiental proposta pelo PCN:

Apresentam o meio ambiente como um tema transversal, trazendo à discussão a respeito da relação entre os problemas ambientais e os fatores econômicos, políticos, sociais e históricos, que causam conflitos ambientais. Estes nos conduzem a reflexão e discussão sobre as responsabilidades humanas (individuais e coletivas) voltadas ao bem-estar social, à qualidade de vida, à sustentabilidade, na perspectiva de minimizar ou reverter a crise socioambiental planetária. Essa discussão demanda a fundamentação teórica em diferentes campos do conhecimento, tanto das ciências naturais quanto das ciências humanas e sociais para a compreensão da complexidade das interações ser humano X sociedade X natureza, contribuindo para a construção de seus conceitos. (PEREIRA; GUERRA, 2018, p. 3)

Nessa primeira incursão educacional brasileira ao tema, podemos perceber uma certa generalidade de proposições. O primeiro passo para a produção de práticas transformadoras é a ampliação da nossa percepção ambiental. Mansoldo (2012) menciona a cidadania planetária, construída por uma pedagogia vivencial, dinâmica e experiencial, que valorize a diversidade e reconheçam a Terra como uma única comunidade:

¹⁰ Segundo Fernandes (1994), podemos definir Terceiro Setor como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento.

A Educação Ambiental que forma o cidadão planetário trabalha em prol da solidariedade em escala mundial; ela se abre à compreensão do outro e constrói a civilização da simplicidade, da igualdade e da alegria compartilhada. Seu objetivo é uma sociedade justa, equitativa e incluyente, constituída de valores e relações baseados em direitos humanos, democracia e participação. (MANSOLDO, 2012, p. 26)

A construção desse sujeito planetário que questiona, envolve, compartilha e antes de tudo, age, demonstra-se como demanda urgente. No caso dos animais ditos de companhia nos meios urbanos, a conscientização sobre o correto manejo, a posse responsável – que envolve vacinação, castração - e o caráter criminal dos atos de maus-tratos são questões que devem ser incluídas nos trabalhos em classe, de modo a contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável. Dentro da proposta de construção de projetos educacionais e formativos que incluam elementos da EA em uma perspectiva humanitária, a busca é por fornecer conhecimento sobre o impacto dos nossos atos como consumidores e como cidadãos, levando o foco para nossas atividades e vivências cotidianas. É importante também refletirmos sobre a importância da interdisciplinaridade na construção dessa proposta formativa: ao se buscar atingir habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹¹ para o Ensino de Ciências e a identificação de características sobre o modo de vida (alimentação, reprodução, etc) dos animais mais comuns no ambiente próximo, articulando família e comunidade, também pode trabalhar Linguagens em uma proposta que contemple diversos gêneros textuais.

7. Proposta de Atividade: apresentação da senciência dos animais a alunos dos primeiros anos do Ensino Fundamental

É amplo o arcabouço de possibilidades de criação de conteúdos educativos e formativos que contemplem temas relacionados a guarda responsável de animais dentro dos caminhos propostos pela EH. Como tratamos anteriormente, é essencial a mudança no cenário onde práticas de maus tratos e abandono de animais parecem culturalmente arraigados. Isso denota claramente uma lacuna no nível de informação e educação. A escola demonstra-se como espaço base para a construção de programas e propostas que fortaleçam a construção de uma consciência ambiental que seja humanitária e holística. Que nos posicione

¹¹ É importante que possamos trabalhar com um olhar crítico a documentos normativos que tendem a definir aprendizagens essenciais com vistas a uma possível “igualdade educacional”.

como parte, que informe o preço das escolhas não éticas, que preconize a justiça social e desenvolva atitudes de respeito, compaixão e responsabilidade.

Nossa proposta é pela criação de uma atividade, a ser desenvolvida em 4h na sala de aula e 4h em visita/excursão. A proposta busca abordar conteúdos previstos para os anos iniciais do Ensino Fundamental dentro das áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

PROPOSTA DE ATIVIDADE
Etapa: Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Área – Ciências Humanas e Ciências da Natureza
Duração: 4h em sala de aula 4h em excursão/visita
Tema: Os animais também sentem: proporcionando a compaixão e o respeito a partir do conhecimento
Conteúdos da BNCC a serem abordados
<p>Ciências Humanas no Ensino Fundamental – anos iniciais</p> <p>Segundo a BNCC, nessa etapa da Educação Básica as Ciências Humanas contribui para que os alunos desenvolvam as noções de tempo e espaço, em meio a circunstâncias históricas específicas e dando destaque ao acolhimento das diferenças. O raciocínio espaço-temporal é condição para que se compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas, tanto no passado, quanto no presente, desenvolvendo as noções de responsabilidade. As orientações da BNCC se encaixam dentre os preceitos da EH quando orienta para uma formação ética e que respeite o ambiente e fortaleça os valores sociais:</p> <p style="padding-left: 40px;">Embora o tempo, o espaço e o movimento sejam categorias básicas na área de Ciências Humanas, não se pode deixar de valorizar também a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder (...). O ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem. As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. (BNCC, p. 354) <i>Grifo nosso</i></p>
<p>Ciências da Natureza no Ensino Fundamental – anos iniciais</p> <p>Segundo a BNCC, os conteúdos ligados às Ciências da Natureza nos anos iniciais do Ensino</p>

Fundamental devem possibilitar que os alunos tenham um novo olhar sobre o mundo que os cerca, como também façam escolhas e intervenções conscientes e pautadas nos princípios da sustentabilidade e do bem comum. (p.321). Dentre os conteúdos de Ciências da Natureza propostos na BNCC, nossa SDI vai buscar promover situações que instiguem a observação do mundo e o questionamento, análise de problemas e o planejamento e investigação, desenvolvimento de ações de intervenção para melhoria da qualidade de vida individual, coletiva e socioambiental.

Etapa 1

A partir de questionamentos levantados em conjunto com os estudantes, tais como: Vocês possuem animais de companhia em casa? (exemplificar o conceito de animais de companhia, sendo eles cães, gatos, animais exóticos legalizados). Quem possui animal em casa pode ser instigado a refletir: “Você gostaria de ter a vida que você/sua família oferece a seu animal?”. Você acha que seu animal gosta de morar com você e sua família? Quais itens você acha que é imprescindível para que você viva com felicidade? (podem surgir reflexões como: ter comida/alimentação, uma casa, itens de conforto – cama, sofá, banheiro, chuveiro, brinquedos, carinho, família). Quais itens você considera como imprescindíveis para a felicidade de um animal? Você já viu algum animal na rua? Sem casa, sem alimentação e sem carinho? Você se lembra qual foi seu sentimento com relação a isso? Você sabia que os animais sentem frio, fome, medo? (explique sobre o sentido da sensibilidade e como essa percepção não era entendida por nós humanos antes de estudos e pesquisas). Os animais são importantes para o equilíbrio da vida no planeta? (aqui, inclua reflexões sobre animais que são vistos como “utilitários” como os utilizados na indústria de corte e os utilizados como cobaias em laboratórios). Exemplifique sobre como o comportamento humano vem mudando ao longo dos tempos com relação aos animais (um exemplo: hoje são proibidos na maioria dos países, inclusive no Brasil, a exibição de animais em espetáculos circenses, pois trata-se de práticas que além de retirá-los do seu habitat natural, ainda os expõem a cansativas rotinas de repetição e treinamento).

A partir do desenvolvimento desses e de outros pontos que porventura surjam,

conduza a discussão sobre as inconsistências e complexidades de nossos comportamentos e ações como seres humanos. É “normal” expormos outros seres vivos ao sofrimento? A discussão inicial abre caminho para reflexões sobre mudanças de práticas diárias e que podem ser transformadoras.

Etapa 2

A partir da divisão dos alunos em 4 grupos, distribuir fichas negativas com fotos/imagens de animais em diferentes situações/sentimentos (fotos que expressem fome, frio, abandono, medo, dor, etc). Os grupos receberão fichas com as mesmas imagens e deverão desenvolver, em discussão dentro do grupo, suas impressões sobre quais sentimentos carregam aqueles animais. Deve-se incentivar que os alunos desenvolvam reflexões que abarquem questões como: qual elemento os levou a perceber esse sentimento nesse animal? Vocês conseguem imaginar como esse animal chegou a tal situação? Que tipo de sentimento essa imagem te proporciona? Existem responsáveis? Que tipo de ação podemos tomar para que possamos aplacar esse sentimento e aliviar o sofrimento? Exibir, em uma mesa com acesso a todos os grupos, várias fichas positivas com imagens de animais exibindo mensagens positivas (alegria, saciedade, sono tranquilo). Cada grupo deve escolher 2 fichas. Ao final, os grupos deverão apresentar suas impressões sobre as fichas negativas e sobre as fichas positivas. Explicitando as razões da escolha. Finalize as apresentações informando sobre as legislações atuais que autuam crimes como maus tratos e guarda sem responsabilidade. Informar que os alunos podem ser investigadores de crueldade e devem conversar com os pais ou responsáveis caso se deparem com práticas que podem causar algum dos sentimentos das fichas negativas nos animais. Ao final, os grupos deverão colar as fichas em papel kraft, produzindo uma separação (desenhos, colagens, etc) entre as fichas positivas e negativas.

Etapa 3

Exibição do curta metragem Fulaninho, o cão que ninguém queria (2001, Brasil, 18'). O filme conta história de um cãozinho abandonado e possibilita trabalhar a questão da posse e da guarda responsável dos animais. A partir da sensibilização exposta no filme, debater com os alunos a situação-problema e suas consequências diretas como descontrole populacional, alastramento de doenças zoonóticas e desequilíbrio da relação homem x animal x cidade.

Caso seja possível, é interessante finalizar a atividade com a visita em excursão a abrigos

públicos ou de ONGs, centros de controle de zoonoses ou eventos de adoção. Vivenciar e observar na prática pode ser determinante como estímulo às atitudes de compaixão, respeito e senso de responsabilidade.

Avaliação: a avaliação deverá considerar a participação e o envolvimento dos alunos no desenvolvimento das atividades propostas.

Um ponto determinante objetivado pela atividade refere-se à necessidade de se introduzir abordagens humanitárias sobre manejo de animais ditos domésticos e a importância do seu bem-estar. É interessante percebermos que nos documentos oficiais (PCNs, BNCC), existe toda uma discussão no que se refere a nossa relação com a natureza, mas isso sabidamente não reflete nos modos de agir com relação às nossas formas de se relacionar com os animais. O caderno de Ciências Naturais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) afirma:

Durante muitos séculos, o ser humano se imaginou no centro do Universo, com a natureza à sua disposição, e apropriou-se de seus processos, alterou seus ciclos, redefiniu seus espaços, mas acabou deparando-se com uma crise ambiental que coloca em risco a vida do planeta, inclusive a humana, o ensino de Ciências Naturais pode contribuir para uma reconstrução da relação homem natureza em outros termos”. (BRASIL, 1998, p. 22).

É essencial as discussões na escola acerca da crise ambiental, suas inter-relações com a ação do homem e o desequilíbrio dos biomas, mas agora, armados de informações sobre consciência animal e sobre a rápida proliferação, principalmente nos grandes centros urbanos, de doenças zoonóticas – transmitidas dos animais para os seres humanos - como leishmaniose e esporotricose, é fundamental trazermos para a sala de aula problemáticas próximas, que fazem parte do dia-a-dia dos alunos e que carecem de intervenções imediatas. Proporcionar reflexões sobre os efeitos destrutivos de nossas ações e negligência para com os animais, a inserção de questões de natureza ética nas discussões sobre EA pode ser determinante na tentativa de estabelecer relações menos dolorosas para os animais e formando sujeitos críticos e conscientes de seus atos. A aposta na oferta de formação continuada que ofereça conteúdos específicos sobre o tema aos professores pode ser um passo determinante para essa mudança. A transformação das atitudes e valores pode encontrar na Educação Ambiental e no seu foco na Educação Humanitária a interface primordial para a construção de uma sociedade

mais compassiva e afetiva, contribuindo substancialmente para a interrupção de ciclos de violência que infelizmente parecem arraigados em nossa sociedade.

8. Considerações Finais

A proposta desse trabalho baseia-se no desenvolvimento de reflexões dentro da Educação Ambiental e da Educação Humanitária com vistas à proposição de uma educação que possa ser crítica e consciente com relação a aspectos que envolvem a sociedade e a natureza. Nosso recorte pretende debruçar-se em questões que envolvam a posse responsável e aspectos éticos no manejo de animais tidos como “de companhia”. Nosso levantamento inicial, detectou uma quase ausência de trabalhos voltados propriamente ao tema dentro da EA, o que parece apontar para uma EA fragmentada e pouco eficiente, que trata superficialmente de aspectos essenciais com vistas a não ir “contra” um projeto de desenvolvimento da sociedade que prega o desenvolvimento desenfreado como única alternativa.

É interessante perceber a latente dificuldade em se inserir questões que envolvem a EH e questões relacionadas aos animais não humanos na agenda da EA. É imprescindível o diálogo entre as duas vertentes. Não no sentido de pregar verdades, mas no sentido de identificar lacunas conceituais e tratar temas cruciais quando nos deparamos com o momento civilizatório atual. Em um contexto de pandemia mundial, não seria a hora exata de ampliarmos o leque de debate da EA, trazendo novos elementos às discussões sobre as espécies em detrimento? A inclusão desses temas na discussão cotidiana pode ser uma importante chave rumo a um desenvolvimento realmente consciente e reflexivo.

Link para vídeo de apresentação disponível em < https://youtu.be/1zaMVU_bcVk >

Referências

BARRERO S. M. et al. Fatores de risco para a ocorrência de maus-tratos em cães e gatos no ambiente familiar. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 15, n. 3, p. 89-89, 1 mar. 2017.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. **Caderno de Práticas**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-iniciais/>. Acesso em 20 agosto 2020.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/ciencias.pdf>. Acesso em 26 maio 2021.

BEHLING, G.M; HERNANDEZ CAPORLINGUA, V. Animais como sujeitos de direito: contribuições da Educação Ambiental transformadora. Anais **XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental**, 2017.

BRÜGGER, P. **Amigo Animal**: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

BRÜGGER, P. Nós e os outros animais: especismo, veganismo e educação ambiental. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 29, jul./dez. 2009. p. 197-214. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3532/3220> Acesso em 15 junho 2020.

CASTELLANO, M.; SORRENTINO, M. Devemos aproximar questões sobre ética e direitos animais à educação ambiental? O que pensam educadores ambientais brasileiros sobre esse tema. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.10, n. 1, p. 88-103, 2015. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/pea/article/download/131043/127474/0> Acesso em 14 maio 2020.

EARTE. Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.earte.net/>. Acesso em 15 março 2020.

FREIRE, R.; MELO, C. O.; CAETANO, W.; LACCHIA, A. P. Educação Humanitária na sensibilização para o bem-estar animal e na implementação desta temática no currículo do ensino básico de Campina Grande, PB. In: **Congresso Nacional de Educação**. 3., 2016, Campina Grande. Anais eletrônicos... Campina Grande: Editora Realize, 2016. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD4_SA1_ID3797_23102016223905.pdf>. Acesso em 15 maio 2021.

GOMES, V.C.P.S. **Relação entre padrão socioeconômico e variáveis ligadas ao bem estar e guarda responsável de cães e gatos em Areia/PB**. Universidade Federal da Paraíba. Monografia. Centro de Ciências Agrárias, 2015. Bacharelado em Medicina Veterinária.

MANSOLDO, A. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral: como educar neste mundo em desequilíbrio?** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MINAS GERAIS. Lei 22231, 20/07/2016. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2016&num=22231&tipo=LEI> Acesso em 20 maio 2020.

OLIVEIRA, G. A. **Pensar nos Bichos: afetos e políticas da proteção animal**. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas/ Universidade Federal de São Carlos, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8873/DissGAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 19 setembro 2020.

PEREIRA, A.; GUERRA, A.F.S. Reflexões sobre a educação ambiental na LDB, PCN e nas propostas curriculares dos estados do sul. **Educação Ambiental em Ação**. n. 38. Disponível em <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1141> Acesso em 14 maio 2020.

WEIL, Z. **O poder e a promessa da Educação Humanitária**, São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2013

SCHLEMPER, S. et al. Educação Humanitária em bem-estar animal nas escolas do Campo de Realeza, PR. In: Anais SEMEA UFFS, v. 2 n. 2, 2019. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SIE/article/view/11018/7295>. Acesso em 20 maio 2021.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.